

Principais problemas sentidos pela frota da pequena pesca. Propostas para a sua resolução.

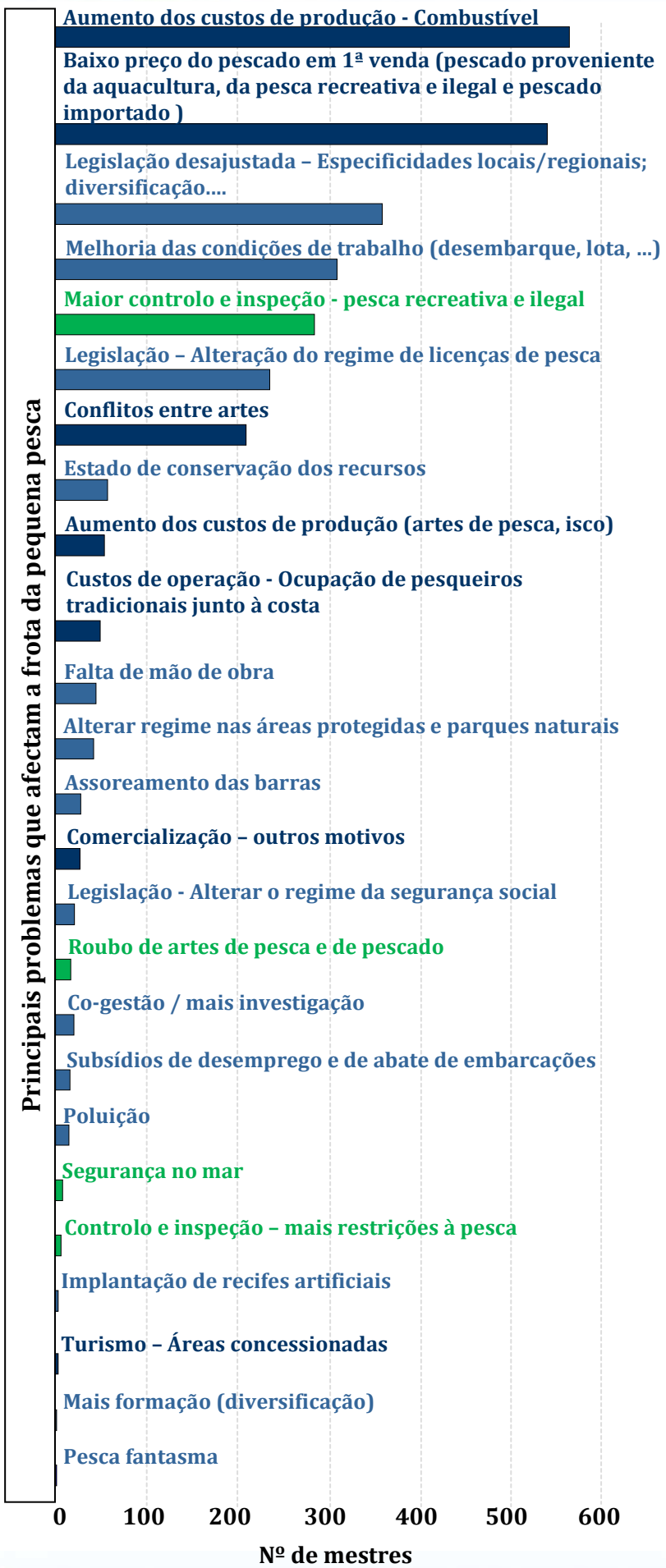
A frota da pequena pesca constitui cerca de 70% da frota nacional e encontra-se fortemente implantada ao longo de toda a costa de Portugal continental. É caracterizada por utilizar uma grande diversidade de artes de pesca e por ser multiespecífica. A faina é exercida sobretudo dentro das 3 milhas, embora algumas artes de pesca possam ser utilizadas a maior distância da costa. O pescado desembarcado pela frota da pequena pesca apresenta uma elevada qualidade, é transacionado em fresco e é fundamental para o abastecimento de peixe e marisco fresco nos mercados nacionais. Apesar da grande importância social, económica, cultural e ambiental da pequena pesca, esta atividade tem sido relegada para 2º segundo plano quer a nível nacional quer a nível da União Europeia. Atualmente, a frota da pequena pesca depara-se com um conjunto de problemas que se não forem ultrapassados no curto/médio prazo poderão comprometer, de modo irremediável, o seu futuro, com todos os impactes socioeconómicos negativos que daí advêm.

O presente boletim de divulgação tem por objetivo dar a conhecer os principais problemas sentidos pela frota da pequena pesca e propor algumas soluções para a sua resolução.

Para o conjunto dos portos de pesca amostrados, **foram identificados 25 problemas** pelos mestres de embarcações da pequena pesca. Embora grande parte dos problemas sejam transversais a todos os pescadores e portos de pesca (ex: preços do combustível, baixo preço da venda em lota, competição pelo espaço marítimo), outros há que são específicos de cada porto (ex: falta de infraestruturas no porto de desembarque, distância da lota ao porto de desembarque, segurança).

Entre 2009 e 2010, **no âmbito do projeto PRESPO**, foram realizadas 1004 entrevistas a mestres de embarcações da pequena pesca em 68 portos de pesca:

Norte: Caminha, Vila Praia de Âncora, Viana do Castelo, Castelo do Neiva, Esposende, Apúlia (Cedovém), Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Vila Chã, Praia de Angeiras, Matosinhos, Cantareira, Praia da Aguda, Espinho e Praia de Paramos; **Centro:** Praia de Esmoriz, Furadouro, Torreira, Praia da Vagueira, Areão, Praia de Mira, Aveiro, Costa Nova, Figueira da Foz, Nazaré, S. Martinho do Porto, Peniche; **Lisboa e Vale do Tejo:** Ericeira, Cascais, Paço d'Arcos, Costa da Caparica, Trafaria, Fonte da Telha, Sesimbra e Setúbal; **Alentejo:** Sines, Porto Covo, Vila Nova de Milfontes (Porto da Barca), Almogrove (Lapa das Pombas), Zambujeira (Entrada da Barca), Azenha do Mar; **Algarve:** Arrifana, Zimbreirinha, Carrapateira (Porto do Forno), Sagres, Praia da Salema, Lagos, Alvor, Portimão, Ferragudo, Benagil, Sra da Rocha, Armação de Pera, Albufeira, Olhos d'Água, Quarteira, Faro e Praia de Faro, Ilha da Culatra, Olhão, Fuzeta, Sta Luzia, Tavira, Cabanas de Tavira, Cacela, Manta Rota (Praia da Lota), Altura (Alagoas), Monte Gordo e Vila Real de Sto António.



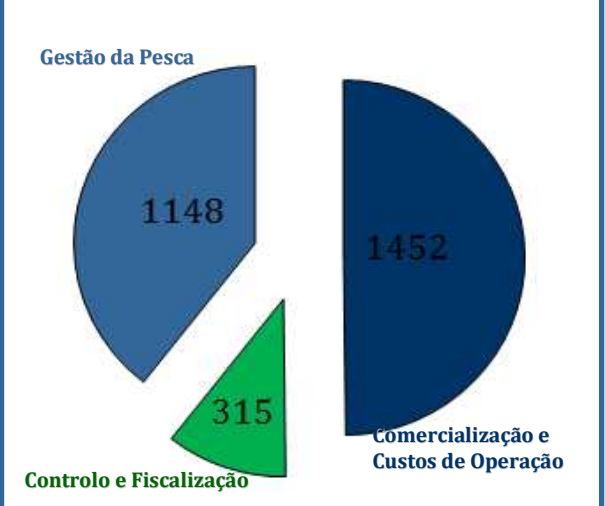
Os problemas identificados foram agrupados em 3 categorias:

- **Gestão da Pesca**
- **Controlo e Fiscalização**
- **Comercialização e Custos de Operação**

Dos 25 problemas identificados pelos mestres da pequena pesca destacam-se 7, que, no seu conjunto, perfazem cerca de 86% (2511 de 2915) do total de queixas. São estes problemas que requerem maior atenção por parte das autoridades competentes.

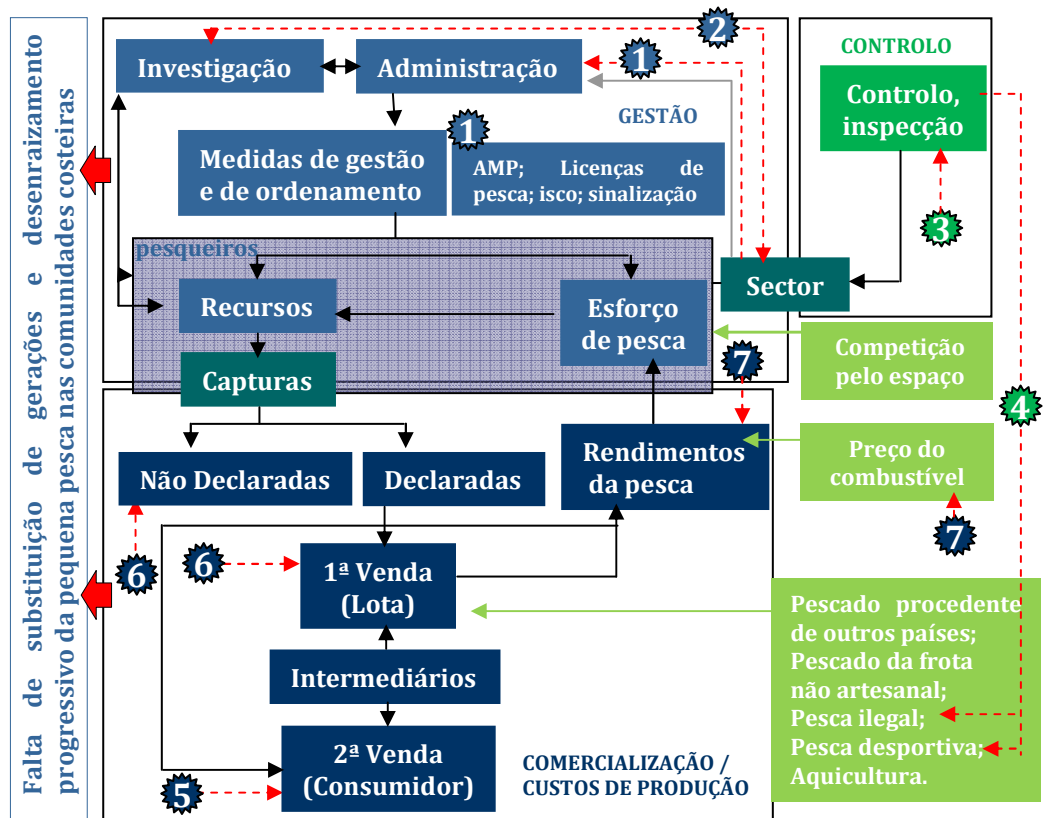
Tanto o aumento do preço do combustível como o baixo preço do pescado em lota contabilizam cerca de 38% das queixas, sendo praticamente transversais a todos os portos de pesca.

Os problemas relacionados com a Comercialização e Custos de Operação representam cerca de 50% dos principais problemas identificados.



2915 queixas apontadas pelos mestres das embarcações da pequena pesca para todos os portos de pesca cobertos pelo presente estudo.

Os problemas identificados, bem como as categorias onde foram agrupados, revelam interdependências, tal como exemplificado neste esquema.



GESTÃO 1 2

O setor da pequena pesca revela descrença nos órgãos de Administração e Investigação. Defende uma maior e melhor comunicação entre a Administração, os investigadores e o sector. Pretende ter uma participação ativa no processo de decisão, à semelhança da pesca industrial. Afirma que os estudos científicos dirigidos à pequena pesca são escassos (ao invés dos dirigidos à pesca industrial), comprometendo, deste modo, a gestão sustentada dos recursos, dos ecossistemas e da própria frota. Neste sentido, os pescadores estão dispostos a colaborar em qualquer tipo de estudo. O setor salienta que a competição pelo espaço marítimo com outras atividades tem aumentado de forma significativa nos últimos anos, originando a perda de pesqueiros tradicionalmente explorados pela frota da pequena pesca. Finalmente, refere que a legislação em vigor é desajustada e não tem em consideração as especificidades locais ou regionais.

CONTROLO 3 4

O setor mostra-se descontente com a ineficácia da fiscalização, que diz ser insuficiente e dirigida, sobretudo, para os profissionais do sector. Defende um maior controlo sobre a pesca recreativa (muitas vezes é uma pesca profissional "mascarada") e um combate efetivo à pesca ilegal.

COMERCIALIZAÇÃO E CUSTOS DE OPERAÇÃO 5 6 7

Grande parte dos inquiridos identificou o baixo valor do pescado em lota como um dos problemas principais, já que não compensam os elevados custos de produção em consequência, sobretudo, do dramático aumento do preço do combustível. A desvalorização do pescado muito se deve à impossibilidade em vender o próprio pescado, ao *lobby* dos intermediários, à elevada quantidade de pescado desembarcado pela frota costeira, à pesca recreativa e ilegal e à importação de pescado, a baixo preço, de países extracomunitários. O setor afirma que é promovida uma concorrência desleal com a frota costeira, já que esta beneficia de um subsídio de combustível. Para além do mais, o setor apresenta dificuldades na implementação de atividades de diversificação (ex: pesca-turismo), quer devido à falta de formação destes profissionais, quer devido a problemas na legislação. Para finalizar, o setor menciona que a baixa rentabilidade e o alto risco da atividade, a legislação atual, a rudeza da profissão e o pouco reconhecimento da sociedade pela pequena pesca são fatores que influenciam o afastamento dos jovens e a procura de outras profissões, implicando um défice na mão-de-obra e um envelhecimento da população ativa.

São várias as soluções que podem ser implementadas para ultrapassar os problemas identificados.



Tendo em conta os problemas identificados é urgente adotar medidas que permitam ultrapassá-los, para que o futuro da pequena pesca não fique irreversivelmente comprometido. Neste sentido, foram apresentadas algumas propostas para a sua resolução com o intuito de criar uma base de discussão entre a Administração pesqueira, os investigadores, o setor e demais *stakeholders* de modo a identificar aquelas que são passíveis de serem implementadas no curto/médio prazo.

Contacto: Miguel Gaspar (mbgaspar@ipma.pt)
Site PRESPO (<http://www.cripsul.ipimar.pt/prespo/>)